

Da interlocução editorial: a presença do outro na atividade dos profissionais do texto / *On editorial interlocution: presence of the other in text workers' activity*

*Luciana Salazar Salgado**
*José de Souza Muniz Jr.***

RESUMO

Este artigo aborda, de uma perspectiva discursiva, o funcionamento da alteridade no tratamento editorial de textos. Analisamos dois aspectos: primeiro, os lugares enunciativos que aí se instituem em correlação — autor e leitor; segundo, as memórias discursivas que balizam sua realização, sempre inscrita em um campo. Destacamos a inseparabilidade entre o texto e suas condições de produção, considerando as relações entre os vários discursos que regulam esse trabalho, ora restringindo suas possibilidades, ora ampliando-as.

PALAVRAS-CHAVE: Campo editorial; Edição de texto; Revisão; Dialogismo; Interdiscurso

ABSTRACT

This paper discusses, on a discursive perspective, the functioning of the otherness on editorial treatment of texts. We analyse two aspects: first, the enunciative places that establish themselves one by the other — author and reader; second, the discursive memories that delimit its execution, always inscribed in a specific field. We stand out the inseparability between the text and its production conditions, considering the relations among the several discourses that regulate this work, restricting its possibilities or enlarging them.

KEY WORDS: *Publishing field; Copy-editing; Proofreading; Interdiscourse; Dialogism*

* Professora da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, São Paulo, Brasil; lucianasalazar@ufscar.br

** Mestre em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, São Paulo, Brasil; jmuniz@gmail.com

Autoria e leitura: lugares em movimento

O tratamento de textos é uma parte do processo editorial muito mais ampla e complexa do que frequentemente se imagina. Nele, o texto autoral vive um percurso de idas e voltas em que o autor é chamado a um exercício de alteridade, uma oportunidade de experimentar o lugar do leitor a que se dirige, levantando hipóteses sobre suas expectativas, suas competências etc. Nesse intrincado processo, o coenunciador editorial¹ age como uma espécie de representante desse leitor final — um porta-voz, se com Bakhtin pensarmos a leitura também como *voz*, ou seja, como discurso interior que participa da cadeia ininterrupta da produção de sentidos:

Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar de ‘fundo perceptivo’, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior. A palavra vai à palavra (BAKHTIN, 2006, p. 153-4).

Mas o coenunciador editorial não é um leitor qualquer: ele faz uma espécie de “contraleitura”, como se pretendesse trazer à luz tudo aquilo que, num dado texto, destinado a um dado público, pudesse impedir uma boa experiência do leitor final. A esse profissional cabe, então, a função oficial de *interpretador-default*: ele deve registrar o que lê não exatamente como um leitor a saborear uma leitura (embora isso talvez seja parte inextricável da atividade); em vez disso, é como se ele pudesse ser todos os prováveis leitores — interlocutores constitutivamente antecipados no projeto de escritura do autor —, que são também pensados e repensados por quem trata editorialmente o texto, ao longo dos registros que faz no corpo do material designado como *original*. Para agir assim, antecipando as leituras possíveis, esse coenunciador precisa se pôr provisoriamente no lugar de um leitor “comum”, algo que ele nunca conseguirá se tornar a não ser por aproximação — aproximação balizada sempre pelas

¹ Chamamos de *coenunciador editorial* o profissional que se dedica a calibrar os textos na produção de livros e outros objetos editoriais. Esse profissional pode ser chamado de editor, preparador ou revisor, a depender da fase do processo e das práticas específicas do coletivo de trabalho. Alguns trabalhos acadêmicos buscam esclarecer essa confusão terminológica, delimitando cargos e funções na cadeia da produção editorial. Ver, por exemplo, Yamazaki (2009) e Bueno (2005).

práticas identitárias que definem gêneros discursivos, tipos de texto, modos de circulação, etc.

Da perspectiva discursiva aqui assumida, a saber, a análise do discurso de tradição francesa que mantém laços com os estudos bakhtinianos, essa triangulação autor/coenunciador editorial/leitor mostra-se bastante complexa, sobretudo se considerarmos que tais posições são, de certo modo, intercambiáveis: o coenunciador editorial, que opera sobre o texto ainda em etapa autoral, dá ao autor um distanciamento que lhe permite a experiência de um leitor de si, de modo que o leitor final — por definição, também um coenunciador a preencher as lacunas que todo texto lhe propõe — finalmente conclua um caminho de produção dos sentidos. E tudo isso se dá, conforme o quadro teórico aqui mobilizado, como manobras possíveis aos sujeitos enunciativos que estão imersos nas injunções de cada projeto editorial. Tais injunções remetem fundamentalmente às prescrições de gênero discursivo, que podemos tomar, em linhas gerais, como reiterações socialmente autorizadas de práticas identitárias.

Retomemos o quadro proposto por Michel Pêcheux em 1969 para pensar, em termos discursivos, os lugares de enunciação ou o que ele chama de posições-sujeito:

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A^{(A)}$	imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	$I_A^{(B)}$	imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B	$I_B^{(B)}$	imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
	$I_B^{(A)}$	imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

Fig. 1: Formações imaginárias (PÊCHEUX, 1997, p. 82)

Para pensar em termos de *lugares*, isto é, de identidades sociais firmadas historicamente e manifestadas em práticas que se reiteram, procurando legitimar-se, consideramos a figura do autor no seu feixe de relações entre práticas de escritura que a identificam e outras, correlatas. Isso significa dizer que analisaremos as atividades de coenunciação editorial a partir de sua regularidade, como prática linguageira

historicamente consolidada em conjunturas institucionais específicas. E certamente daí advirão derivas, escapes, transformações... porque as regularidades conferem identidade a textos, autores e leitores, mas também permitem ver que são mais ou menos instáveis e, como a própria língua, opacas, isto é, não dizem *tudo o que querem dizer*. Dessa perspectiva, vemos nos textos ou, antes, nas práticas de textualização, as marcas da heterogeneidade e da alteridade constitutivas de todos os dizeres, noutros termos: a relação ininterrupta entre intradiscurso e interdiscurso (ver, por exemplo, AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 81-104; 173-189).

Essa abordagem nos leva a considerar as memórias discursivas mobilizadas na coenunciação editorial. Tais memórias são ora explícitas — e aí temos a heterogeneidade mostrada revelando os entrelaçamentos das prescrições da norma culta, dos manuais das editoras, das instruções do coletivo de trabalho; ora implícitas, menos evidentes, porque ligadas a valores complexos, contraditórios, sobre língua, literatura, leitura, edição etc., no âmbito da heterogeneidade constitutiva². No conflito solidário entre heterogeneidades, para usar os termos de Authier-Revuz (2004, p. 11-80), funda-se a percepção de que as emendas propostas pelo coenunciador editorial são sempre dialógicas, dado que lhes são constitutivas a relação eu-outro(s) e a retomada de vozes sociais diversas. Uma vantagem dessa perspectiva é trazer à luz vozes conflitantes que não aparecem de imediato. Isso põe em cena conflitos que subjazem à atividade desses profissionais ao convocar memórias discursivas nem sempre conciliáveis.

Trata-se de pensar o trabalho desses sujeitos não como aplicação ou replicação dessas memórias, mas como difícil negociação entre elas, a partir do que cada projeto editorial demanda dos envolvidos. Escolhas aparentemente simples não raro põem em jogo valores em contradição (sobre o que é o português brasileiro, ou sobre o que é um texto de divulgação científica, para ficar apenas em dois exemplos). A filiação a essas memórias depende de como tais sujeitos, ao enunciarem, se posicionam nas interlocuções que estabelecem. Movendo-se da escritura à leitura e vice-versa, o coenunciador editorial faz movimentarem-se as identidades que definem os lugares de

² A heterogeneidade mostrada diz respeito à explicitação das vozes que o intradiscurso incorpora do interdiscurso, por exemplo, como citação ou diálogo. A heterogeneidade constitutiva refere-se a uma característica do primado do interdiscurso: todo dizer, sendo um fio de discurso, faz-se contraponto ou retoma um já-dito, antes e alhures (cf. AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 11-80).

autor e de leitor, constituídas sempre por distintas memórias discursivas e variadas práticas languageiras.

1 Memórias e práticas no campo editorial

O que legitima as práticas de tratamento editorial de textos e as organiza tal como se configuram hoje é uma *história*, à qual temos precário acesso por meio dos registros sobre os quais se debruçam, por exemplo, os filólogos; eventualmente estudados também por historiadores como Roger Chartier, que propõe a convergência entre uma certa sociologia dos textos e uma história das formas de publicação. As próprias normas de trabalho que circulam nas editoras são expressões dessa história, porque são registros de vozes do passado que se presentificam no cotidiano do trabalho editorial como modos de fazer compartilhados por um grupo. Sob essa perspectiva, a prescrição é sempre uma “construção de discursividades” (SOUZA-E-SILVA, 2008, p. 6), do que deriva a necessidade de considerá-la sempre dentro do quadro sócio-histórico em que (re)emerge e do espaço de trocas que estabelece com outros discursos em circulação no ambiente de trabalho. Os registros das normas se repetem porque permanecem válidos — vistos, portanto, como dignos de reiteração. Mas “vistos” por quem? Por todos que constroem diuturnamente um campo. E o que é um campo, em termos discursivos?

Talvez pudéssemos começar a responder pensando em um espaço de trocas materiais e simbólicas que é reconhecido como tal, explicitamente tematizado antes, durante e depois dessas trocas, referido como “outro” por outros campos socialmente reconhecidos. Certamente mencionar isso não define *campo* de uma vez por todas. Na melhor das hipóteses, abre um caminho de reflexão. Como sói acontecer nas ciências humanas, o rigor conceitual não consiste em delimitar sem sombra de dúvida um objeto ou um conceito. Antes, trata-se de considerar as “sombras de dúvida” como parte de toda circunscrição conceitual e, ainda assim, não deixar de pretender o cerco. É essa busca, afinal, o que permite estudar — e, espera-se, compreender melhor — como certas práticas constituem campos ou, noutros termos, como certos modos de viver conferem identidade específica aos dizeres que circulam numa comunidade discursiva:

Todos os campos são internamente heterogêneos. Sabemos que não há unanimidade no interior do campo científico (a ciência só é exata até o vestibular): confrontam-se tanto as diversas teorias quanto as diversas políticas (bolsas, prazos, políticas de publicação, tópico que provoca outra questão, tratada diversamente por biólogos e linguistas, por exemplo: quantos podem legitimamente assinar um *paper*?). Idem no campo filosófico, com suas diversas escolas. O mesmo ocorre no campo literário, com as tendências que vão e voltam. Mas, apesar da heterogeneidade, há procedimentos relativamente claros, embora instáveis, que caracterizam cada campo. Por exemplo, o campo literário se configurou no decorrer da história de formas específicas no que diz respeito à edição, à circulação, à escolarização, à crítica, à demanda por leitores, à consagração do autor. Por mais que se possa verificar que as formas são múltiplas, elas não se confundem com as de campos como o filosófico ou o científico ou o religioso (POSSENTI, 2010a, p. 173).

Se concebemos a atividade de coenunciação editorial como um conjunto de práticas reiteradas, é preciso pensar as memórias discursivas dessas práticas como aquilo que as sustenta ou as redefine conforme jogam os atores nos campos em que sua atividade se dá e naqueles aos quais faz referência. Portanto, temos em mente não apenas o próprio campo editorial, mas também os campos que os coenunciadores editoriais tangem ao tratar textos: o literário, o educacional, o jurídico, o médico, o científico etc. Cada um deles traz, para dentro da atividade, seus modos próprios de organizar textualmente suas discursividades. Isso equivale a pensar o tratamento editorial de textos como trabalho “entrecampos”: embora seja característica do campo editorial, ajudando-o a definir-se perante outros campos, essa atividade se torna também parte das escrituras e leituras que caracterizam as comunidades discursivas específicas em que esses textos circulam.

Essa formulação mostra uma dubiedade na relação entre a edição de livros (e de outros objetos editoriais) e os campos cujas vozes ela amplifica: por um lado, a edição pode ser considerada campo autônomo, porque definido por práticas e atores assim reconhecidos, dotados de uma identidade; por outro, ela é uma parte específica de diferentes campos, parte que funciona prioritariamente como arena discursiva. Os autores, que só existem como tais porque se tornam atores do campo editorial, são também atores de certos campos de origem; e o posicionamento de um sujeito no campo editorial (como autor, leitor, parecerista etc.) define parcialmente seu posicionamento

em outro(s) campo(s), e vice-versa. Pesa aí a autonomia relativa que os campos mantêm entre si: eles próprios se reconhecem como um *eu* (sujeito coletivo, talvez) na medida em que há *outros*, correlatos, com os quais cada um deles não se identifica. Da perspectiva que aqui delineamos, isso tem uma consequência teórica bastante definida: o primado do interdiscurso sobre o discurso como recurso para trazer à tona não só os espaços que um campo desenha para si por meio de suas práticas e dizeres, mas também, ao fazer isso, os espaços que subtrai dos outros com os quais se relaciona.

Assim, é possível ver a coenunciação editorial na intersecção das memórias e práticas de diferentes campos. É nesse encontro, reiterado mas paradoxalmente sempre inédito, que o coenunciador editorial negocia, sujeitando-se às posições de leitor e de autor, porque elas estão condicionadas por diferentes campos, nem sempre de maneira consensual. Há dissensos e disputas sobre como devem se caracterizar as práticas de escritura e leitura, e essas divergências envolvem não apenas diferentes campos, mas atores dentro de cada um deles. A imprevisibilidade que constitui a coenunciação editorial está, em parte, relacionada a essas diferenças, com as quais é preciso lidar, mobilizando experiências anteriores, expectativas e já-ditos, que dão uma orientação mínima, não raro precária, para os dizeres em jogo.

Se pensarmos em termos de práticas discursivas que, condicionadas e condicionantes, configuram os modos de gestão do interdiscurso característicos de uma dada comunidade, vemos que:

[os] campos se organizam de maneiras diferentes: os filósofos não atuam como os cientistas, que não atuam como os escritores. Também o percurso típico de formação dos membros de cada campo é diferente. Mesmo no interior de um campo pode haver diferenças relevantes: um poeta não atua como um romancista, um lógico não funciona como um historiador da filosofia, nem como um de ética. Um fonólogo faz caminhos diferentes dos de um analista do discurso, cujos procedimentos não são idênticos aos de um sociolinguista. A relação de cada um desses grupos com a bibliografia, por exemplo, é completamente diferente (POSSENTI, 2010a, p. 172).

Com base nisso, entendemos que as posições-sujeito ou os lugares enunciativos, discursivamente constituídos, emergem em um campo e, na mesma mão, garantem que esse campo exista; portanto, dessa perspectiva, esses lugares são construções históricas, pontos de vista, perspectivas daí formuladas. A posição-autor e a posição-leitor são

diferentes para cada campo, e é exatamente por isso que ser coenunciador editorial num projeto de antologia literária não é o mesmo que atuar num projeto de edição científica ou de textos religiosos. Autor e leitor se constituem de maneira específica em cada campo e, em cada campo, os sujeitos que ocupam essas posições não se constituem sempre do mesmo modo. Portanto, o coenunciador editorial, mesmo sendo sempre um ator do campo editorial, campo que o assujeita como trabalhador, atua em diferentes posições de acordo com *o que* edita, prepara, revisa etc. De cada projeto editorial, materializado num texto sobre o qual se deve atuar, deriva certa identidade e, portanto, condições específicas de produção.

As normas, que aí intervêm como memória discursiva a balizar a atividade concreta e singular dos coenunciadores, irão incidir de maneiras distintas conforme se trate de literatura, ciência, filosofia, autoajuda etc. Afinal, vale reiterar, esses campos se definem não apenas por fazer circular diferentes textos e por interpelar de modo distinto seus atores, mas também porque as normas ganham um sentido ou outro conforme os contratos de comunicação estabelecidos sejam de uma ou outra natureza. Pesam, nessas diferenças, os regimes dos gêneros discursivos que cada campo considera legítimos, privilegiados, dignos de reiteração. Da regularidade desses regimes surge a consciência de que trabalhar sobre textos de diferentes tipos exige cuidados específicos — cuidados que, vale dizer, nem sempre estão previstos nas normas codificadas nos manuais das empresas, nas gramáticas de uso, nas instruções de cima para baixo... Tem papel fundamental, no cotidiano dos coenunciadores editoriais, a distância irreduzível entre as prescrições, sempre filiadas a uma rede de sentidos que retorna à cena, e a própria atividade, acontecimento industrioso-discursivo que é sempre velho-e-novo:

Em toda situação de trabalho, há sempre uma combinação parcialmente inédita entre as normas antecedentes (todas as prescrições, sobretudo as definidas pela hierarquia: manuais, instruções técnicas, etc.), os materiais e os objetos técnicos [...] e os saberes acumulados pelo indivíduo e pelo microcoletivo, cada qual com sua história (SOUZA-E-SILVA, 2008, p. 16).

Voltando ao quadro proposto por Pêcheux (Fig. 1), veremos que o profissional do tratamento editorial de textos cria para si diferentes imagens de autor e leitor, conforme as memórias discursivas mobilizadas pelo “original” que tem em mãos e pelas

prescrições que esse original autoriza. Para cada projeto, diferentes projeções do que são as expectativas, competências, realidades de seus coenunciadores. De um lado do palco, o autor, frequentemente entendido como o senhor de uma vontade de dizer; de outro, o leitor, frequentemente visto como o senhor de uma vontade de ler. Na coxia, todos aqueles que trabalham para que o diálogo dessa cena se dê da melhor maneira possível — ora seguindo um roteiro, ora dando vez ao improviso. Nessa trilha, em que pensamos autor e leitor como lugares enunciativos discursivamente delimitados, que estatuto teórico podemos dar, então, ao coenunciador editorial? Dois caminhos parecem possíveis, de acordo com o “outro” que se estabelece em sua atividade.

A primeira possibilidade é pensar esse profissional ocupando provisoriamente o lugar de autor. Neste caso, o outro é o leitor final (não como ser empírico simplesmente, mas discursivamente instituído), com o qual o coenunciador editorial se conecta como rastro supostamente invisível na discursivização autoral. A segunda possibilidade é pensá-lo como ocupante de um lugar específico, de leitor privilegiado. Aqui, os outros de seu discurso são todos os outros atores de um dado campo ou postulantes ao pertencimento a tal campo, incluindo o escritor que é socialmente responsável pelo lugar de autor. Nesse coletivo, o coenunciador ganha uma voz própria, que deve incorporar a do autor e impregnar-se nela.

Pensados no campo discursivo em que se produzem os textos autorais, os processos de preparo das publicações permitem ver relações entre as manobras “internas” e seu “exterior”; tanto as manobras dos autores, quanto aquelas com que os encarregados de tratar editorialmente os textos autorais intervêm na autoria, visto que trabalhar sobre um texto destinado a publicação é, de muitas maneiras, participar de sua constituição: o trabalho se dá no âmbito da própria enunciação, como uma coenunciação explicitada, chamada a registrar-se em anotações pontuais que, rearranjando o texto que se vai publicar, opera na própria tessitura do texto autoral.

Voltando a uma conhecida proposta do historiador De Certeau, podemos considerar que autores e coenunciadores editoriais são escribas guiados por *estratégias* socialmente definidas e também capazes de movimentos *táticos*:

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, a

distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão inimigo”, como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem a base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (1994, p. 100-1).

Tal astúcia é um jogo de derivas menos ou mais explicitadas em relação a fios discursivos previstos pelas práticas estabelecidas. Nos processos de textualização, os grandes sistemas estratégicos condicionam vetores e fluxos, mas os sujeitos táticos manobram nessas limitações, na própria condição movediça delas, e aí é que criam, recriam, transformam o que já estava dado. Afinal, as praxes editoriais não dão conta de prever todos os procedimentos possíveis; é na interlocução dos escribas que se vai estabelecendo uma textualização que será dada, a certa altura, como final. Por isso, tão importante quanto olhar para manuais, gramáticas, cronogramas e organogramas é olhar para o fazer de sempre, com suas resoluções, pendências e dependências. Nessa visada, autor e coenunciador editorial devem surgir à pesquisa como lugares definidos discursivamente (e que, portanto, de alguma maneira se repetem). Contudo, é justamente porque são historicamente constituídos que devemos olhar para tais lugares sempre com incerteza: embora reiterados, estão sendo reconstruídos, reelaborados e singularizados a todo momento, mesmo que à revelia.

2 Autor de quê? Leitor de quê?

Conforme o que se disse até aqui, autores e leitores, vistos como sujeitos nas práticas discursivas, não podem ser pensados senão uns em relação aos outros e às características de seu entorno, contempladas aí as idiossincrasias dos lugares que ocupam. Tais lugares se definem com relação a diferentes campos, constituídos por práticas discursivas específicas. Cada campo se caracteriza, enfim, por uma dispersão

de textos que trazem consigo um estatuto específico da escritura e da leitura. Esta é uma das pedras de toque do tratamento editorial de textos: compreender como esses lugares se constituem no campo específico dentro do qual o profissional se vê imerso. Vejamos o esquema elaborado por Wolfgang Knapp:

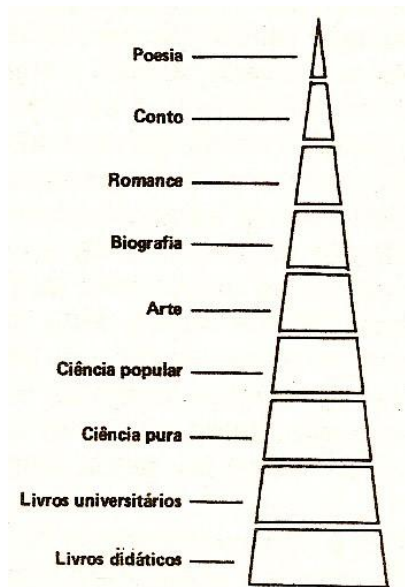


Fig. 2: Grau de colaboração da editora no conteúdo do livro (KNAPP, 1992, p. 45).

As coerções sedimentadas pelos regimes de genericidade, esboçados na pirâmide acima, estão inextricavelmente ligadas à produção de sentidos em todos os nós da cadeia de interlocuções que um texto faz nascer. Basta que pensemos autor e leitor como lugares que integram, na sua correlação, um mesmo campo, e a coenunção editorial como atividade languageira atravessada por essas posições e, portanto, também condicionada por esses regimes. As características desses lugares irão, portanto, dar um aspecto específico ao tratamento editorial dos textos de um campo ou de outro. Sem perder de vista as nuances e as diferenças intrínsecas a cada campo, podemos pensar na oposição-limite entre os textos de literatura (em que há, por definição dos regimes genéricos, uma marca autoral fundada na singularidade da escritura, e uma marca leitora fundada na apreciação do que essa singularidade torna possível) e os textos de instrução (em que o contrato de comunicação vigente é o da transposição didática, a demandar do texto legibilidade, clareza, correção, exatidão).

A compreensão do que cabe a cada sujeito no processo de trabalho com os textos (quanto, como e o que mexer) depende de como se compreende o estatuto do autor e o do leitor num dado campo e, nele, em cada regime genérico. Essa compreensão depende

de como cada sujeito evoca memórias discursivas constitutivas do campo. Tais memórias filiam a coenunciação a uma série de enunciações já havidas, ao mesmo tempo em que, inescapavelmente, reivindica-se como novidade — o que se pode verificar nos movimentos táticos do coenunciador editorial no trato com o texto, com as normas que em boa medida o assujeitam, e com seus interlocutores empíricos e/ou imaginários. Daí surgem questionamentos que nos levam diretamente à necessidade de que os profissionais saibam, ao mesmo tempo, posicionar-se no campo editorial, como trabalhadores qualificados, autorizados por uma competência leitora específica, e no(s) campo(s) presentificados nos textos autorais que circularão como bens culturais.

Todo autor sempre leva em conta um leitor futuro, e assim também fazem os editores e todos os profissionais que, em uma ou noutra etapa, trabalham com os textos. A princípio, pode-se dizer que todos os que trabalham para que um livro, por exemplo, exista e circule trabalham pelo encontro com o leitor. Contudo, é preciso considerar também as múltiplas relações que esses atores estabelecem entre si nas situações profissionais em que se inserem. Isso exige que pensemos nas condições da produção editorial na atualidade, condições que imputam ao profissional outras exigências que não a preocupação com a circulação social dos textos: existe uma circulação mais restrita, dentro do próprio coletivo de trabalho, a colocar em jogo valores que extrapolam o contrato de comunicação entre autor e leitor.

A multiplicidade de coerções que envolve a atividade dos coenunciadores editoriais não está plenamente acessível nos indícios materiais que ela deixa nos textos: a linguagem é opaca, afinal de contas. A raspagem do palimpsesto, via régua de acesso à atividade desses sujeitos, é longa e cheia de obstáculos; e se o que temos em mente é o discurso, é preciso raspar ainda mais. Ora, a memória discursiva faz parte das práticas presentes e é também por elas afetada. No entanto, ela não se presentifica nos textos e nas emendas sempre da mesma maneira. Isso exige que abandonemos a perspectiva segundo a qual a coenunciação editorial é um trabalho simples, que consiste em aplicar normas. Por dentro desse “aplicar” há uma complexa história de filiações, adesões, recusas, que cabe ao analista cartografar. Não é possível entender a história de um livro e das publicações em geral sem levar em conta o que acontece no processo editorial. Nas palavras de Chartier (2002, p. 61), “a questão essencial que deve ser colocada por qualquer história do livro, da

edição e da leitura é a do processo pelo qual os diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem, leem”.

Isso faz repensar o que se tem historicamente chamado de estudos da emissão e estudos da recepção. Primeiro, porque essa separação faz pensar emissão e recepção como lugares estanques e autônomos, quando eles são movediços e interdependentes. As duas “pontas” do processo são apenas parcialmente autônomas e se diferenciam fundamentalmente pelo poder, desigualmente distribuído, de fazer circular os sentidos.

As noções de dialogismo e interdiscurso ajudam a desmontar essas dicotomias, porque permitem pensar o trabalho da coenunciação editorial não simplesmente como parte da emissão (quer dizer, das práticas autorais e editoriais em senso estrito), mas também como conjunto de práticas de recepção — não só de textos sobre os quais trabalhar, mas também de diferentes discursos que circulam nos ambientes de trabalho e que regem as práticas. Essas noções permitem também que pensemos a emissão não como ponta inicial de um processo, mas como nó de uma cadeia ininterrupta de textos e normas. Nesse lugar de emissão, textos e normas são constantemente refeitos, singularizados, pois os movimentos táticos da atividade de coenunciação editorial mudam a posição desses textos e também dessas normas na teia interdiscursiva. Dito de outro modo, esse trabalho dá um novo estatuto aos textos (na medida em que propõe novos caminhos às escrituras e leituras possíveis) e às normas (porque as sustenta ou as enfraquece como valores linguísticos, à proporção que as reitera ou as ignora).

Considerações finais

Para a orientação teórica aqui assumida, o texto interessa como espaço de movimentos semânticos orientados, espaço de ressonâncias e reverberações de caráter histórico, material linguístico atravessado por um exterior que lhe é constitutivo, trabalho de sujeitos que são atores em um dado campo — ou no “entrecampos”. Trabalho que é, no caso dos coenunciadores editoriais, mercantil e assalariado — logo, condicionado pelas regras que regem o sistema de produção em que vivemos. Trabalho que é também meta e epilinguístico, porque se fundamenta no retorno sobre o próprio dizer e produz conhecimento sobre as (im)possibilidades da língua. E aqui importa

frisar que o trabalho do coenunciador editorial nunca é exatamente corrigir um texto, ou “corrigir o português”, como frequentemente se diz — a menos que se defina em relação a que rota se dá a correção, de maneira que se possa decidir quais os desvios inaceitáveis ou, antes, como identificar desvios. Só as condições de produção, que envolvem memórias e antecipações, como vimos, poderão determinar o que se corrige.

Mexer no texto é, assim, mexer no discurso. E, concebidos como práticas, os discursos têm “suas dimensões mais amplas do que o que ‘significam os textos’ e ‘não só surgem apenas se certas condições são satisfeitas mas também podem afetar essas mesmas condições” (POSSENTI, 2003, p. 221). Pensado no interior de uma prática discursiva, que, por sua vez, integra uma prática social, esse *mexer no texto* é inevitavelmente mexer também na prática discursiva e, por conseguinte, nas práticas sociais em que o texto ganha sentidos. Essa abordagem dá centralidade aos efeitos da coenunciação editorial sobre as práticas sociais da escritura (literária, acadêmica, etc.) e sobre as práticas sociais de leitura (instrumental, escolar, etc.). É exatamente o alcance desses efeitos que o coenunciador editorial busca prever e controlar, embora os sentidos lhe escapem. De resto, como a todo enunciador.

Esse profissional, portanto, precisa ter como referência de suas manobras não operações ou fórmulas aplicáveis em tais e quais situações listáveis, mas um ritual, um procedimento repetível a partir do qual várias propostas podem vir a se formular. Há sempre que se gerir o hiato irreduzível entre as normas e a situação de trabalho dada por um projeto, um texto específico. Por mais exaustivos que sejam os documentos a guiar os movimentos da textualização, os procedimentos só serão plenamente definidos no decorrer da própria atividade, que colocará novas demandas ao profissional, para além daquilo que as normas puderam estabelecer. Há regras e ditames a serem respeitados, mas esse “respeito” é guiado por noções menos precisas, ainda que igualmente importantes e constitutivas das diretrizes.

Por isso pesa, em cada decisão, o lugar com o qual o profissional mais se identifica. Mas não só: pesam os usos de si por si e os usos de si por outros, experimentados em cada situação particular, conforme cada projeto editorial. Demandas, chefias, barganhas estão aí implicadas. Afinal, se toda enunciação é uma atividade linguageira que amarra interlocutores na teia interdiscursiva, um modo de dizer sempre se liga a um modo de ser: as práticas discursivas estão sempre ligadas a

outras práticas com as quais partilham um conjunto de afinidades semânticas. Textualizado, esse modo de ser emerge não de uma ou outra manobra linguística específica, mas da totalidade que as várias manobras produzem. Na complexa negociação entre as posições discursivas de autor e leitor, e entre as memórias discursivas evocadas por essas posições nos diferentes campos postos em contato no/pelo tratamento editorial de textos, é que trabalha o coenunciador editorial, em um movimento que parece pretender fixar-se, mas que é inevitavelmente provisório. E nisso exerce sua função integradora: no tratamento editorial dos textos, escribas trabalham a matéria linguística operando sobre a “vitalidade textual”, convocando o autor a confrontar-se com sua autoria, a trabalhar por ela — que figura, então, como um bem comum em nome do qual tudo acontece. Como se vê, na rotina desse ofício, explicita-se uma demanda que se põe mais amplamente ao homem contemporâneo, relativa às formas como cultivamos ou abandonamos práticas de convivência e construção social.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. (1992-1995) *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Vários trad. Revisão técnica: Leci Barbisan e Valdir Flores. Reimpressão 2001. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2006.

BUENO, S. S. ‘En lugar de la Mancha’... Procesos de control de calidad del texto, libros de estilo y políticas editoriales. *Panacea@*, v. VI, n. 21-22, p. 355-370, set.-dez. 2005. Disponível em: [http://www.medtrad.org/panacea/IndiceGeneral/n_21-22_revistilo_SenzBueno.pdf]. Acesso em: 25 maio 2009.

CHARTIER, R. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI - XVIII)*. Trad. Luzmara C. Ferreira. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

DE CERTEAU, M. (1990) *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Trad. Ephraim Alves. Vol. 1. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____ (1975). *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

KNAPP, W. *O que é editora*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PÊCHEUX, M. (1969). Análise automática do discurso. In: GADET, François & HAK, Tony (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Vários trad. Revisão técnica: Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

POSSENTI, S. *Língua, discurso e humor*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. "Observações esparsas sobre discurso e texto (notas de trabalho)". In *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, 44, jan./jun. 2003, pp. 211-222.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Atividade de linguagem, atividade de trabalho: encontro de múltiplos saberes. *Intercâmbio*, vol. XVIII, p. 1-21, 2008. Disponível em: [http://www.pucsp.br/pos/lael/intercambio/pdf/Volume_XVIII/1%20M%20Cecilia%20Conf%20Publi%20Inpla%202007.pdf]. Acesso em: 25 jul. 2010.

YAMAZAKI, C. *Edição de textos na produção editorial de livros: distinções e definições*. 2007. 231 f. (Dissertação — Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Recebido em 13/01/2011

Aprovado em 18/02/2011